

O Império do Desperdício Digital: Como o Estado Enterra Milhões em Software e Tecnologia

Publicado em 2025-05-16 11:46:40



Por Augustus Veritas

Num país onde as urgências fecham por falta de médicos, as escolas têm salas a cair e os pensionistas sobrevivem com menos de 480 euros, há um outro Portugal — invisível, blindado, tecnocrático — onde se gastam **milhões por ano em software, hardware e serviços tecnológicos**, muitas vezes de forma redundante, opaca ou inútil.

É o Portugal das **multinacionais intocáveis**, dos ajustes diretos sem concorrência, dos projetos fantasmas e do desperdício endémico no setor informático do Estado.

1. A Captura pelo Software Proprietário

Apesar da existência de **alternativas open-source**, o Estado português mantém uma relação de dependência quase colonial com empresas como:

- **Microsoft**: Licenciamento de Windows, Office 365, Azure
- **Oracle**: Bases de dados e suporte técnico milionário
- **IBM**: Infraestruturas e serviços de gestão informática

Em 2023, só a **SPMS (Serviços Partilhados do Ministério da Saúde)** celebrou **dois contratos com a Oracle** no valor total de **mais de 17 milhões de euros**, para renovação de licenças e suporte. Simultaneamente, várias universidades públicas já migraram para PostgreSQL e software livre com sucesso — sem gastar um décimo.

2. Ajustes Diretos e Concursos à Medida

Mais de metade dos contratos públicos de TI são feitos **por ajuste direto ou convite restrito**, sem verdadeira concorrência. Isto permite:

- Repetição dos mesmos fornecedores (Microsoft, Oracle, IBM, Novabase, Noesis, entre outros)
- **Preços inflacionados** até 30 a 50% acima dos praticados no setor privado
- Falta de escrutínio técnico sobre a real necessidade dos contratos

Em 2023, o **Instituto de Informática** celebrou contratos no valor de **304 milhões de euros** em 5 anos — grande parte deles sem concurso internacional aberto.

3. Redundância, Obsolescência e Projetos Fantasmas

Muitos sistemas adquiridos são **nunca utilizados, redundantes entre ministérios** ou simplesmente **descontinuados antes de serem implementados**.

Há casos reportados de:

- Plataformas de e-learning pagas e nunca lançadas
- Ferramentas duplicadas entre ministérios (três diferentes CRMs no mesmo ministério)
- Servidores adquiridos que ficaram anos desligados

Relatórios do **Tribunal de Contas** denunciaram várias vezes esta **falta de planeamento estratégico**.

4. O Ouro das Consultorias e Suportes Técnicos

Outra mina de ouro é o **suporte técnico contratado ao exterior**, mesmo quando o Estado possui técnicos internos.

- Contratos com **consultoras privadas** por valores de **5.000€ a 10.000€/mês por técnico**
- Tarefas simples de administração de sistemas entregues a empresas externas
- Técnicos públicos subaproveitados ou sem formação continuada

No setor da saúde, **empresas de outsourcing informático** faturam milhões apenas com monitorização de sistemas que poderiam ser automatizados.

5. Quanto se desperdiça?

Estimativas de analistas independentes apontam para um **desperdício direto e indireto de 20% a 30%** do valor total gasto em tecnologia pelo Estado.

Considerando que os contratos de TI superam os **600 milhões de euros anuais**, isso significaria um desperdício real de **120 a 180 milhões por ano** — dinheiro que poderia pagar:

- Médicos em urgências
 - Professores em zonas carenciadas
 - Bolsas de estudo para jovens carenciados
 - Apoio real a pequenas empresas tecnológicas nacionais
-

6. Como sair deste buraco digital?

O caminho para a mudança exige coragem política e técnica:

1. **Plano Nacional de Migração para Software Livre** (como já fez Munique, ou países da América Latina)
 2. **Centralização Estratégica das Compras de TI** (impedindo duplicações e incoerência)
 3. **Auditorias Obrigatórias a Todos os Contratos > 1 milhão €**
 4. **Publicação de Código-Fonte de Todos os Sistemas Comprados com Dinheiro Público**
 5. **Investimento em Recursos Humanos Internos** (com formação contínua e valorização salarial dos técnicos do Estado)
-

Conclusão: Um país subdesenvolvido não pode desperdiçar o futuro

O Estado português comporta-se como um cliente ingénuo, dependente e mal assessorado, quando deveria ser um **promotor de soberania tecnológica**, um exemplo de transparência e racionalidade no investimento público.

A cada euro mal gasto em software desnecessário, uma criança continua sem apoio educativo, um hospital adia cirurgias e um jovem talento emigra para programar noutro país.

Portugal precisa, urgentemente, de uma **revolução silenciosa nos sistemas que alimentam os bastidores do Estado**. Porque quem controla o software, controla os dados. E quem controla os dados, controla o poder.

[Visita a Biblioteca de Fragmentos](#)